

Animação Sociocultural Juvenil, intervenção pública, educação comunitária e aprendizagens interculturais

Marcelino de Sousa Lopes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Membro Integrado do Centro de Investigação da FCT do IF da Universidade do Porto

Introdução

Este artigo procura o cruzamento da animação sociocultural com a educação comunitária e as aprendizagens interculturais no seio da juventude, discências ancoradas pela animação juvenil como um âmbito da Animação Sociocultural numa constante procura da participação dos jovens como forma de potenciar a autonomia, a partilha, a interação, a criatividade e as aprendizagens interculturais.

Numa perspetiva cronológica importa situar os princípios da Animação Juvenil na segunda metade do século vinte, materializada com a assunção da chamada sociedade do bem-estar, situada nos anos sessenta, onde se procurava a felicidade e o bem-estar coletivo, nomeadamente educação para todos, cultura para todos, saúde para todos, trabalho para todos...

Os míticos anos 60 romperam com o status-quo existente, combateram o conservadorismo retrógrado e mostraram que um novo mundo era possível. O mundo onde se desafiava a imaginação a alcançar o poder e onde era proibido proibir. É neste quadro histórico que surge a animação sociocultural, muito inspirada e defendida pelos movimentos juvenis da época como forma a lutar para que os tempos vindouros fossem de esperança e de crença numa sociedade onde fosse possível o bem-estar comum. É por estes ideais que a metodologia da Animação Sociocultural exortava os jovens, e os outros grupos etários, a serem protagonistas do seu desenvolvimento, autonomia e a construírem um futuro alicerçado na felicidade comum.

A Juventude e as Instituições Juvenis em Portugal

Importa, à luz dos movimentos juvenis em Portugal, fazer uma incursão diacrónica sobre as estruturas portuguesas que operaram em Portugal e que ditaram uma política para a juventude. No entanto a participação juvenil foi sempre arredada da criação da referida política, apesar das muitas simulações e encenações participativas de muitos grupos próximos do poder político vigente que lhes conferia uma roupagem de participação juvenil.

Durante os anos trinta, o estado novo cria a Organização Nacional Mocidade Portuguesa criada pelo Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de maio de 1936, em cumprimento do disposto na Base XI da Lei n.º 1941, de 19 de abril de 1936 que estabelece nas suas linhas de ação os seguintes preceitos: abranger toda a juventude - escolar ou não – com as finalidades de estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e

a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina, no culto dos deveres morais, cívicos e militares.

Em 1971, inserida na política de educação levada a cabo através da reforma de Veiga Simão, aparece o Secretariado para a Juventude criado através do Decreto-Lei n.º 446/71 do qual destacamos os principais propósitos contidos no referido decreto *“Estudar os problemas específicos da juventude, em colaboração com os restantes serviços do Ministério da Educação Nacional e eventualmente com os outros Ministérios; Promover a preparação de animadores, monitores e outro pessoal técnico; Criar centros de juventude, abertos à livre adesão dos jovens que neles queiram participar, nos termos do presente diploma; Coordenar, a nível regional e nacional, as actividades dos centros de juventude, nomeadamente através da elaboração de planos de actividades juvenis em cuja execução participem os centros; Organizar, directamente ou através dos centros de juventude e das organizações juvenis autorizadas, as actividades adequadas à prossecução dos seus fins, tais como cursos, colóquios, palestras, festivais, concursos, jogos florais, competições, acampamentos e viagens de estudo; Manter em funcionamento campos de férias, pousadas de juventude, campos de trabalho e, em geral, quaisquer outras instalações de apoio a actividades juvenis dos seus centros ou das organizações autorizadas...”*

Com a revolução do 25 de Abril aparece o FAOJ (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis), criado através do decreto-lei n.º 191/74, DE 30 de Abril e assume relevância destacar: *“São atribuições do Fundo o apoio e estímulo das actividades juvenis para o preenchimento dos tempos livres, integrados numa permanente formação democrática e aperfeiçoamento cultural, visando a participação esclarecida dos jovens na vida colectiva e fomentando o trabalho de grupo numa perspectiva de integração social.”*

Em 1988 através do decreto lei 483/88, é criado o Instituto da Juventude que apresenta como propósito de intervenção as seguintes atribuições: *“(...) Promover a realização dos estudos necessários ao desenvolvimento de uma política integrada de juventude; Promover a criação e o desenvolvimento de sistemas integrados de informação, de atendimento e aconselhamento para a juventude; Celebrar acordos e protocolos, de âmbito nacional ou internacional, com entidades públicas e privadas; Promover programas e acções de intercâmbio juvenil no âmbito de uma política de fomento da mobilidade dos jovens; Promover, desenvolver e coordenar programas ocupacionais e de tempos livres para jovens; Criar mecanismos que visem promover e apoiar a participação dos jovens em actividades de carácter económico, cultural e social, bem como estimular o seu espírito criativo e de investigação; Apoiar as actividades desenvolvidas pelas associações ou agrupamentos juvenis que visem, nomeadamente, objectivos sócio-culturais, sócio-educativos, artísticos, científicos e desportivos, bem como a criação das infra-estruturas necessárias ao seu funcionamento; Organizar um registo de carácter nacional para todas as associações juvenis apoiadas pelo Instituto, a designar por Registo Nacional das Associações Juvenis; Apoiar técnica, material e financeiramente as associações de estudantes, nos termos da legislação aplicável; Definir e promover uma política de formação de animadores e dirigentes juvenis; Criar*

mecanismos de estímulo e apoio à capacidade de iniciativa e ao espírito empreendedor dos jovens, nomeadamente dos jovens empresários e jovens agricultores; Apoiar e estimular o movimento cooperativo de jovens...”

Em 29 de Setembro de 1993 é criado através do decreto lei 333/93 o Instituto Português da Juventude que apresenta os seguintes desígnios: “ Promover a criação e desenvolvimento de sistemas integrados de informação para a juventude; Promover, desenvolver e coordenar programas ocupacionais e de tempos livres, de mobilidade e intercâmbio juvenil, de voluntariado e de formação nas suas áreas de atuação; Promover e apoiar ações e iniciativas no âmbito das suas atividades; Promover a elaboração de estudos, sectoriais ou intersectoriais, sobre quaisquer matérias relacionadas com a juventude; Criar mecanismos de estímulo e apoio à capacidade de iniciativa e ao espírito empreendedor dos jovens, nomeadamente dos jovens empresários e jovens agricultores; Apoiar e estimular o movimento cooperativo de jovens; Dinamizar e apoiar técnica, material e financeiramente as associações e agrupamentos juvenis e as associações de estudantes, nos termos da legislação aplicável; Manter permanentemente atualizado o Registo Nacional de Associações Juvenis (RNAJ);

Dinamizar uma rede de centros de juventude e promover a criação de infra-estruturas de apoio aos jovens e suas associações.

No século vinte e um emerge O Instituto Português do Desporto e Juventude , criado através do Decreto-Lei n.º 98/2011 de 21 de Setembro e apresenta como principal missão: “(...)executar e avaliar a política pública do desporto, promovendo a prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros. Apoiar o associativismo, o voluntariado, a promoção da cidadania e a ocupação dos tempos livres dos jovens em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente através da revitalização do Turismo Jovem, assegurando o apoio ao programa «Juventude em Acção».”

As estruturas juvenis existentes em Portugal ao longo da história ditaram uma intervenção dentro de uma lógica norteada pelo partidarismo político, importa, por isso, dissecar as respetivas linhas orientadoras. Localizando-nos no espaço e no tempo histórico dos anos 30 importa reconhecer que a criação da Organização Nacional Mocidade Portuguesa criada pelo Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de maio de 1936 promovia uma ação muito centrada na matriz ideológica direcionada para os pilares do estado novo *Deus, Pátria e Família*. Toda a atividade era por isso de cariz moralista, chauvinista, alienadora, manipuladora e irreflexiva.

Com o advento da reforma de Veiga Simão inserida na governação de Marcelo Caetano (27 de setembro de 1968 a 25 de abril de 1974), aparece em 1971 o Secretariado para a Juventude e temos de concluir que existe uma certa evolução qualitativa já que apresenta uma assinalável abertura às questões da “participação” juvenil. É de recordar que foi neste período histórico que apareceram nas principais capitais de distrito os Centros de Juventude cuja ação visava uma ação “*aberta à livre adesão dos jovens que neles queiram participar*”. Para além destes centros importa ainda realçar os seguintes intentos: a realização de cursos, colóquios, palestras, festivais, concursos, jogos florais, competições, acampamentos e viagens de estudo e já se fazia menção a atividade de difusão e animação cultural e de formação de animadores. Contudo importa concluir da

impossibilidade de atividades de animação sociocultural dentro de um regime que não permitia as liberdades de expressão, associação e reunião.

Com o advento da democracia, 25 de Abril de 1974, aparece o FAOJ (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis), criado após 5 dias da revolução de abril (decreto-lei n.º 191/74, DE 30 de Abril), este organismo está incontornavelmente ligado à institucionalização da Animação Sociocultural em Portugal e neste contexto importa trazer à colação o nome de Orlando Garcia que em outubro de 1975 cria a DFT – Divisão de formação técnica no seio do FAOJ e cuja estrutura assentava numa divisão constituída por: *Serviço de Formação Técnica*, destinado à formação de Animadores Socioculturais, *Serviço de Produção e Divulgação*, tinha como missão produzir e divulgar documentos e projetos de Animação Sociocultural, *Serviços de Animação*, tinha como intuito o apoio metodológico aos Animadores Socioculturais, *Setor da coordenação e apoio* destinado ao apoio a Animadores e atividades de Animação, organização de encontros, seminários e conferências sobre a questão da Animação e dos Animadores e coordenar a nível regional e nacional as atividades de Animação.

Com a chegada dos IP(s); IJ – Instituto da Juventude (criado pelo decreto lei 483/88); IPJ – Instituto Português da Juventude (criado pelo decreto lei 333/93) e IPDJ Instituto Português do Desporto e Juventude (criado através do Decreto-Lei n.º 98/2011) que estão todos eles incontornavelmente ligados à negação da Animação Sociocultural e que surgem num contexto da assunção de uma ideologia neoliberal cuja intenção é esvaziar a intervenção junto da juventude, apelidando-a de paternalista e deixando ao livre arbítrio, dentro de uma falsa autonomia, projeta-se uma ação individualista de que resulta a rejeição da interação juvenil. É também o tempo da *era do vazio* na juventude. Existem edifícios muito bem equipados, existe o reforço de uma classe dirigente na sua maioria desligada e desconhecadora das questões da juventude, e não existem jovens para dar vida às estruturas criadas através do erário público. Faz-se a apologia da ocupação do tempo livre e não se faz a defesa da de uma animação do tempo ligado a aprendizagens educativas não formais tão importantes para o desenvolvimento social, cultural e educativo dos jovens.

Animação Sociocultural e a Animação Juvenil

Defendemos a Animação Sociocultural Juvenil como um dos âmbitos da Animação Sociocultural e nesta perspetiva impõe-se uma intervenção assente nos seguintes valores norteadores:

- Pluralismo: uma ação de animação sociocultural juvenil tem de ser pautada por uma abertura à diversidade de opiniões, leituras, visões, valorizar sempre as perspetivas, mesmo minoritárias, sem paternalismos como forma de considerar a riqueza multicultural, multiracial e o permanente respeito pela diferença.
- A liberdade no contexto da descoberta e da permanente procura: sentida na pesquisa do desconhecido, do risco como processo de ação, do imprevisível e da constante mobilidade em termos de ação.

- A consciencialização da importância da ação comunitária como meio para atingir melhorias nas condições de vida. Consciencializar implica tomar consciência do que a pessoa é, consciência de si e do seu papel no mundo e da sua relação com os outros. Acreditar em si, nas suas possibilidades e potencialidades.
- A autonomia: a animação sociocultural é uma didática da participação que confere ao ser humano a capacidade de agir como ator e não como espectador e procura o fazer em detrimento do ver, o protagonismo em prejuízo da delegação passiva.
- A defesa do associativismo como meio de socialização e como canalização de desejos e inquietações comuns e de aprendizagens diversificadas, nomeadamente, da democracia, cultura, socialização, recreio e ócio.
- A pedagogia da participação: elemento fulcral de um programa de Animação, mediante o qual o jovem se sinta protagonista e não elemento passivo. Importa promover uma Animação que passe pela envolvimento directo dos jovens e não uma Animação para a juventude que reduz o jovem à passividade.
- O voluntariado: como processo de compromisso solidário e não como meio oportunista levado a cabo debaixo da lógica da mão-de-obra barata, ligado à exploração dos jovens a troco de pequenas benesses, normalmente decorativas, relegando os jovens para funções secundárias.

Uma animação sociocultural Juvenil orientada para uma intervenção educadora do ponto de vista intergeracional e não fragmentada etariamente e ainda que persiga os seguintes objectivos globais:

- Promover não a ocupação mas a animação do tempo. A vida é um bem precioso demais e deve ser vivida de forma ativa, dinamica num viver com (convívio=viver com) e numa permanente valorização pessoal e social.
- Fomentar, a partir da animação do tempo livre e do tempo de ócio, aprendizagens diversas onde os jovens tomem consciência da importância do viver comum e da consequente aprendizagem dos valores da democracia, constituindo, neste caso, o associativismo juvenil uma potencial escola de formação cívica. Tais aprendizagens podem assumir a forma de acções de voluntariado, de educação intercultural e multicultural, pela participação em campos de trabalho internacionais para jovens, pela frequência de albergues de juventude. A Animação pode, ainda, constituir-se numa tecnologia educativa ao serviço das aprendizagens formais, e num meio de integrar e partilhar saberes, áreas, experiências e vivências.
- Favorecer a interação e a inter-relação, mediante uma metodologia activa, participada, horizontal e de valorização da auto-estima e do protagonismo.
- Concretizar o triângulo constitutivo da animação na intervenção junto dos jovens (o social, o cultural e o educativo), isto é, na vertente social, por via do movimento associativo juvenil e do voluntariado, na vertente cultural, em iniciativas como o teatro, a expressão dramática, o jogo, as formas animadas, de modo a potenciar a valorização da comunicação inter-jovens, através da expressividade, da

criatividade e da vertente terapêutica, no anular as tensões, a agressividade, a violência e as dificuldades de relação e socialização; finalmente, na vertente educativa, como meio auxiliar de aprendizagens formais.

Animação juvenil, educação comunitária e aprendizagens interculturais

A animação juvenil como âmbito de animação sociocultural situa-se no Portugal democrático, isto é, a partir de 1974, pois não se pode falar de uma Animação ligada à matriz da Animação Sociocultural num regime político onde não existiam as liberdades de expressão, de associação, de participação, o que impedia qualquer programa de Animação Sociocultural.

A educação intercultural emerge do fenómeno da interação plural, cultural e educacional, da valorização da diferença, e da necessidade de integrar, valorizando, por um lado, a riqueza da pluralidade multirracial e cultural que lhe está associada e evitando, por outro lado, a marginalização social e a exclusão cultural.

Num programa de Animação Sociocultural, no âmbito da Juventude, importa que a ação seja direcionada para a educação intercultural o que carece de uma aprendizagem comprometida com a valorização educativa e cultural dos diferentes membros, não importando apenas a existência de diferentes culturas (multiculturalidade) mas a aprendizagem das mesmas.

Com base em Saez Rafael (2006.p. 94 e 95) afirmamos que as dinâmicas de interação promovem o desenvolvimento social, cultural e educativo num clima harmonioso, salutar e positivo. A prestativa da defesa do interculturalismo em detrimento do multiculturalismo prende-se com a apologia de uma comunicação e de uma interação entre diferentes culturas e a consequente aprendizagem das mesmas.

Na quadro sinótico que se segue expomos a fundamentação deste princípio:

Movimento Multiculturalista	A Perspetiva Intercultural
O centro é colocado em cada cultura.	A preocupação é refletir sobre as relações entre as culturas.
Salienta, com justeza, a identidade de cada pessoa como um passo absolutamente necessário para procurar o reconhecimento, e isso implica o destaque nas diferenças.	Procura as convergências sobre as quais se estabelecem vínculos e pontos comuns.
Coloca, ênfase na cultura e na história pessoal, os direitos de cada um, dentro do sistema jurídico da cada comunidade.	Coloca a centralidade na mútua aprendizagem, cooperação e intercâmbio.
Conforma-se com a existência multicultural, em todo o caso espera que a convivência social surja do respeito e da aceitação do outro.	Situa a convivência entre diferentes indivíduos no centro da ação e procura uma intervenção de regulação pacífica da conflitualidade interétnica.
Faz uma abordagem da diversidade.	Procura construir a unidade na diversidade
Constata a existência da diversidade cultural	Valoriza a identidade pessoal e cultural.

Fonte: Saez Rafael (2006.p.95). Adaptação própria

A Educação Intercultural constitui a melhor opção, o melhor projeto de civilização que se pode colocar na sociedade atual pois constitui uma pedagogia da ação eficaz que

constitui um eficaz combate à marginalização, à violência e à nossa vida vivida em comunidade numa constante aprendizagem da valorização da diferença.

Esta aprendizagem constitui uma das principais tarefas educacionais do nosso tempo. A educação intercultural surge como alternativa ao ensino da ação individual, da não convivência, do individualismo, da afirmação dos dominadores sobre os dominados, do eu sobre o nós, da resposta em vez da pergunta, da verdade em vez das verdades, do saber em vez dos saberes, da ideia de raça única em vez do conceito da multiracialidade.

A Animação Juvenil, na perspetiva da educação Intercultural, pode constituir uma eficaz alternativa aos modelos educativos monoculturais uma vez que, ao contrário da cultura única, aceita a complexidade de cada ser humano e da sua cultura, pois reconhece que todos somos pluriculturais. Para clarificar e aprofundar os paradigmas e modelos de educação multicultural e intercultural mais usuais importa considerar o importante estudo e análise realizado por Alfonso Garcia, Juan Saez e Andrés Escarbajal (1999) acerca dos paradigmas mais relevantes sobre a questão da diversidade. Eis os três eixos principais:

- *Paradigma Tecnológico*. Trata-se de Jovens, filhos de emigrantes, que adquiriram uma série de competências transmitidas por um técnico especialista com a finalidade de compensarem as lacunas que se manifestam nos filhos de emigrantes. Aos Jovens referidos não lhes restam outra alternativa que a integração na cultura maioritária e sofrerem processos de aculturação. A marginalização é a resposta para quem não se integre no modelo maioritário.

- *Paradigma Hermenêutico*. É um paradigma de reconhecimento gradual da diversidade, não coloca em causa a posição central da cultura maioritária e dominante. Este paradigma procura transformar a consciência dos Jovens acerca da realidade social e transfere para eles o protagonismo na construção dessa realidade.

Paradigma Crítico. Baseia-se em todos os implicados no processo da ação educativa: professores, alunos, educadores, animadores, mediadores...comprometem-se com a interculturalidade como meio de transformarem as condições sociais que condicionam as possibilidades de diálogo livre e aberto com outras culturas. Aqui não se aceita de forma unânime o curriculum escolar de forma fechado e procura-se, com a ação, transformá-lo para assim responder aos desafios da interculturalidade e também não se aceita que exista uma cultura dominante e outras subalternas. Os valores democráticos da solidariedade e igualdade são centrais. A relação entre iguais é o centro da comunicação intercultural.

Com base no exposto importa para o nosso tempo uma Animação Sociocultural que centre a ação na valorização da atividade educadora do interculturalismo e não na mera existência de um multiculturalismo desfasado da interação humana, pois não podemos esquecer que a identidade cultural constitui uma construção dinâmica e não estática.

Práticas de educação intercultural na animação sociocultural de âmbito juvenil

Na história da Animação Sociocultural em Portugal existem práticas educativas associadas a programas de educação intercultural ligadas a espaços não formais que

tiveram um relevante papel em aprendizagens diversas, da democracia, de dialetos, de costumes, de jogos, de crenças, de normas e de práticas de vida.

Entendemos que a Animação Sociocultural constitui um meio privilegiado para a promoção de programas de educação intercultural, porque a génese desta educação intercultural radica no aprender a viver juntos, no diálogo e na interação social, cultural e educativa com o outro de uma forma ativa e comprometida com o desenvolvimento humano, na promoção da participação comprometida rumo à autonomia, no pluralismo, na tolerância, na solidariedade, enfim, em atributos que podem ser reforçados, na medida em que constituem o alicerce da Animação e podem dar azo a programas concertados capazes de converter nos pressupostos teóricos numa prática educativa.

Recordemos que uma faixa etária com grande propensão para a aprendizagem intercultural é a juvenil e que um vasto programa de iniciativas foi realizado, sobretudo na segunda metade do século XX, visando a educação intercultural como um meio de valorização juvenil :

- Inter-rail – Programa de viagens promovidas pelos caminhos-de-ferro, a partir de convenções internacionais, com o propósito de promover junto dos jovens o gosto de viajar. Com a aquisição de bilhete inter-rail, o jovem pode usufruir de viagens durante um mês pela Europa e contactar com a diversidade cultural dos seus diferentes países.
- Albergues de Juventude – Designados também por Pousadas de Juventude, integram uma rede internacional de estruturas de acolhimento às quais os jovens podem aceder após a aquisição de um cartão de alberguista. A sua existência facilita práticas educativas promotoras do diálogo entre jovens de diversos países. Para induzir uma relação mais afetuosa e desenvolver um sentido coletivo de existência, os alojamentos são em regime de camarata, entre os seus frequentadores, as refeições são confeccionadas pelos jovens, para tanto sendo-lhes admitido o acesso à cozinha. Pretende-se, para além da aprendizagem intercultural entre os jovens, que eles assumam a vida em plenitude e que aprendam a viver autonomamente em liberdade e adquiram o sentido de responsabilidade. Estas práticas educativas em Pousadas de Juventude iniciaram-se em Portugal durante o regime do Estado Novo e tiveram um grande incremento após o 25 de Abril. Registamos que muitos destes atributos educativos, muito em voga nos finais do século XX desapareceram com a assunção da onda neoliberal que transformou o viver em sentido comum num viver onde os cidadãos são reduzidos a números e numa lógica economicista reduzida à máxima do utilizador pagador.
- Campos de Trabalho Internacionais – A realização de campos de trabalho internacionais constituíram e continuam a constituir um campo considerável de aprendizagem intercultural. A sua estrutura de trabalho assenta no voluntariado e destina-se a cumprir tarefas de interesse comunitário, tais como o arranjo de um centro comunitário, a limpeza de um parque natural, a pintura de uma escola ou associação. Jovens de diversos países encontram-se, normalmente durante 15 dias e, durante cinco horas diárias de trabalho não remunerado, executam o serviço

para o bem comum. No tempo que lhes resta, usufruem de programas de Animação concebidos numa dupla vertente endógena e exógena. A nível endógeno, o programa de Animação contempla aprendizagem intercultural derivada da interação entre os participantes no campo, valorizando a aprendizagem das diferentes línguas, das normas, das tradições, dos jogos e da gastronomia de cada país. A nível exógeno, o programa assenta na aprendizagem cultural do país acolhedor, sobretudo da região onde é promovido, sendo desenvolvido a partir da interação com a população local. O campo de trabalho internacional está vocacionado para a aprendizagem intercultural. Cada campo de trabalho tem no máximo 20 elementos, 2 deles assumem funções de direção e de Animação, e 3 estão de serviço à cozinha, em sistema rotativo, tentando que cada dia seja uma novidade gastronómica de cada país; os restantes 15 trabalham em tarefas agendadas. Estabelece-se um programa diário que contempla todas as tarefas a realizar (trabalho, animação, avaliação). O alojamento é feito em espaços coletivos.

- Ações de Formação Internacionais – Estas ações devem ser aqui referidas porque, para um grupo de Animadores portugueses, teve muita importância o facto de terem participado em ações de formação, nomeadamente em França, e terem tido a oportunidade de aprenderem e apreenderem traços culturais de Animadores de outros países. De facto, foram vários os Animadores que participaram, em Marly-le-Roi, nos finais dos anos 70 e princípios dos anos 80, em diversas ações de formação relacionadas com teatro, Animação socioeducativa, artes plásticas, cinema, fotografia, dança. Para além da formação temática, uma outra formação se fez sentir, a da educação intercultural, fruto da vivência e da convivência entre os participantes. Em 1979, por exemplo, testemunhamos que estiveram presentes em Marly-le-Roi jovens de 36 países, que muito beneficiaram com a aprendizagem intercultural vivenciada *in-loco*.

A defesa da animação e do animador juvenil / educador intercultural

A problemática da integração constitui um enorme desafio para o nosso tempo e aqui partilhamos da visão de Aguilar (2005,p.16) quando refere que um dos principais desafios que se colocam ao enorme fluxo migratório internacional é o de encontrar novas situações de identitário, por isso é imperioso a assunção de políticas que integrem e valorizem as diferentes culturas numa ação de defesa da diversidade e de pluralidade como forma de enriquecimento sociocultural e isto constitui um novo âmbito de intervenção do animador sociocultural que deve incorporar conhecimentos, formação, destrezas, habilidades e inovadoras metodologias em matérias de mediação social, cultural e educativa.

Face ao descrito, um dos âmbitos emergentes de intervenção na atualidade que requer necessariamente um enfoque interdisciplinar é a Animação da multiculturalidade e da educação intercultural.

O nosso tempo, requer assim, uma intervenção em Animação Sociocultural assente estrategicamente numa ação que reforce a componente da criação e fortalecimento de

redes sociais, vivas, locais, intergeracionais que sejam o reflexo de um viver comum onde se reforce o conhecimento, a interação, a partilha e a confiança.

Importa ainda uma metodologia de intervenção que promova o desenvolvimento local, porque a perspetiva nacional e o desenvolvimento global apresentam-se distantes, com amplas visões e por vezes imprecisas e assaz inacessíveis. Acresce ainda a evidência, no tempo de hoje, que as grandes organizações não podem fazer nada, existe uma sensação de impotência e frustração, já no âmbito local no seio de pequenas organizações e de movimentos sociais é possível desenvolver uma pedagogia de proximidade e da esperança como nos diz Jares (2006, p.116) quando refere que Educar nos valores do compromisso e da esperança é compreender e criticar a ideologia neoliberal que estigmatiza como negativa a capacidade de mudança, questionar a passividade, a indiferença e o conformismo; evitar cair em posturas pessimistas e catastrofistas, sensibilizando para o valor da esperança e da utopia.

A nossa perspetiva de comunitário corresponde a um território com uma unidade comum (comum+unidade=comunidade) e isto requer uma participação concreta, real e assente em reações de partilha, compromisso, onde seja possível escutar e ser escutado e onde as pessoas sejam protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Importa neste tempo plural que o animador sociocultural intervenha numa determinada comunidade com o propósito de promover através da metodologia participativa da animação sociocultural interações que resultem de aprendizagens educativas interculturais como forma de valorizar a diferença, a pluralidade e a partilha.

É neste quadro que emerge o novo perfil do Animador Sociocultural como mediador intercultural em contextos multiculturais e multiétnicos, tendo por base um quadro formativo que contemple uma formação muito direcionada, para as relações e comunicação interpessoal, mediação social, cultural, educativa e a aceitação da diferença.

Uma formação para a educação intercultural requer incorporar no curriculum formativo os conhecimentos, as destrezas, as habilidades e atitudes que permitam uma intervenção de qualidade expressa nos seguintes propósitos:

- integrar cursos e seminários sobre migrações e interculturalidade, sobre línguas e culturas de origem dos emigrantes, sobre legislação e recursos específicos do país acolhedor;
- Incluir a interculturalidade como algo transversal a nível formativo;
- Realizar oficinas de sensibilização para trabalhar aspetos atitudinais do profissional e para o desenvolvimento de habilidades em matéria de comunicação, negociação e mediação;
- Potenciar a realização de ações práticas no contexto da multiculturalidade, multiétnicidade e interculturalidade;

- Fomentar o animar numa perspetiva aberta do ver, analisar e transformar a realidade envolvente;
- Estimular a flexibilidade de ideias, a escuta ativa, a empatia e a paciência;
- Ver globalmente e agir localmente e ter a capacidade de superar conflitos e problemas;
- Espicaçar a criatividade para imaginar e idealizar estratégias de intervenção que evitem o estancamento e a passividade;
- Consciencializar para o conflito e a superação do mesmo dentro de um quadro de mediação ativa.

Importa considerar que a educação intercultural apresenta-se como um modelo de intervenção social que valoriza a diferença em detrimento da perspetiva educativa unívoca. É também uma ação educadora baseada na troca, na partilha, na interação, na solidariedade e reciprocidades das diferentes culturas. De acordo com Aguilar (2005,p.22/23) apresentamos as bases para a intervenção:

- Considerar a diversidade como algo positivo;
- Um sistema educativo que aparece como alternativa crítica à educação monocultural;
- É uma ação educadora dirigida a todas as faixas etárias;
- É uma intervenção que não é confundível com o culturalismo.

Esta ação implica que o Animador Sociocultural entenda a função de mediação intercultural como uma parte substantiva do seu perfil profissional e que tenha presente que o mundo em que vivemos não é o melhor do mundo mas é o nosso mundo.

Por isso é uma tarefa comum de todo o ser humano, e em particular dos trabalhadores sociais (animadores socioculturais, educadores sociais, pedagogos sociais...), que o nosso mundo seja na realidade um mundo de e para todos.

Conclusão

Ao concluirmos este artigo vem-nos à ideia a evidência de que o tempo em que vivemos é uma época da história que rejeita leituras unívocas, lineares e de verdades absolutas. É um tempo que requer, de novo, o exortar dos velhos e novos ideais para mobilizar vontades e estimular uma participação que responda às necessidades deste tempo tão carente em ações de partilha, gestos e atitudes solidárias,

Terminamos com a defesa da animação sociocultural como uma didática da participação, uma ação pedagógica que visa o trabalho de proximidade, a ação educadora e que procura de forma assumida a autonomia, o autodesenvolvimento, o sentido crítico, a consciencialização, a promoção da educação intercultural pela via da interação e a integração do ser humano, É ainda uma metodologia que rejeita a passividade, o fazer pelo fazer, o ocupar o tempo, a alienação, a manipulação e a marginalização.

É esta pedagogia da ação, que rejeita ter todas as soluções para os problemas do mundo, que transporta a utopia mobilizadora de que outro mundo é possível, mas só o será mobilizando todos para superarem e suprimirem todas as amarras que aprisionam e condicionam o ser Humano.

Bibliografia

- AA.VV (2005): *Mediación Intercultural. Una propuesta para la formación*, Madrid, Editorial Popular.
- Aguilar, María José (2005) «El Futuro de la Animación Sociocultural y Su Dimensión Interdisciplinar». In. Cuadernos de Animación, Asturias, Asociación Cultural Asturativa, p-p 5.26.
- Ángeles, M^a Rebollo (coord.) (2006): *Género e Interculturalidad: educar para la igualdad*, Madrid, Editorial La Muralla.
- Escarbajal , Andrés (2010): *Interculturalidad, Mediación y Trabajo Colaborativo*, Madrid, Narcea
- Jares, Xesús R (2007): *Pedagogia da Convivência*, Porto, Profedições.
- Jares, Xesús R (2006): *Educar para a Verdade e a Esperança*, Porto, ASA .
- Lopes, Marcelino de Sousa (2006): *Animação Sociocultural em Portugal*, Chaves, Intervenção.
- Merino, José Vicente Fernández (2009): *Educación Intercultural. Análisis, Estrategias y Programas de Intervención*, Santiago do Chile, Editorial Conocimiento.
- Montiel, António Luís (2004): *Aprendendo a viver juntos – faces e fases da comunicação interpessoal*, Lisboa, Livros Horizonte
- Pérez, Glória Serrano/ Victoria, M^a Pérez G. Puya (2014) *Qué es la Animación Sociocultural epistemología y valores*, Madrid, Narcea.
- Sáez, Rafael Alonso (2006): *Vivir interculturalmente: aprender un nuevo estilo de vida*, Madrid, Editorial CCS.
- Ventosa, Victor (2016): *Didáctica de la participación teoría, metodología y práctica*, Madrid, Narcea.